

Práticas do gerencialismo no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

A administração pública no Brasil experimentou, ao longo de sua história, três modelos evolutivos, a saber: administração patrimonialista, administração burocrática e administração gerencial. Tais modelos passaram por processos graduais de evolução, sem que tenham sido totalmente eliminados no campo prático. O intuito do presente artigo é revelar a presença do gerencialismo, por meio de ferramentas tecnológicas gerenciais, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Para chegar a tal ponto, o trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa do que é próprio e peculiar do novo modelo supracitado nos aspectos extra e intrainstitucional.

Palavras-chave: Gerencialismo; Ferramentas Tecnológicas Gerenciais.

Managerialism practices within the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia

Public administration in Brazil has experienced, throughout its history, three evolutionary models, namely: patrimonialist administration, bureaucratic administration and managerial administration. Such models have undergone gradual processes of evolution, without being completely eliminated in the practical field. The purpose of this article is to reveal the presence of managerialism, through managerial technological tools, within the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia. To reach this point, the work was done through a research of what is proper and peculiar of the new model mentioned above in the extra and intrainstitutional aspects.

Keywords: Managerialism; Technological Management Tools.

Topic: **Gestão Pública**

Received: **03/06/2019**

Approved: **05/09/2019**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Ravel Rodrigues Ribeiro

Instituto Federal Baiano, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7034342521945207>

ravelrodrigues@yahoo.com.br



DOI: 10.6008/CBPC2674-6433.2019.002.0001

Referencing this:

RIBEIRO, R. R.. Práticas do gerencialismo no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Business Journal**, v.1, n.2, p.1-7, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2019.002.0001>

INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos diretamente no gerencialismo presente no âmbito do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO), precisamos recorrer, antes de tudo, ao conceito de administração. Afinal, gerencialismo é a nomenclatura do último modelo (modelo atual) de gestão pública. A administração é uma arte, na acepção de profissão ou área do conhecimento. E toda arte depende de habilidades. Embora seja uma arte ou prática antiga, a administração tem uma história recente como área do conhecimento. Desde tempos imemoriais, chegam ao presente os registros das tentativas de formular premissas e princípios de administração.

A administração nada mais é do que a condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não-lucrativa. A administração do planejamento, da organização (estruturação), da direção e do controle de todas as atividades diferenciadas pela divisão de trabalho que ocorram dentro de uma organização. Assim, a Administração é imprescindível para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações. Sem a Administração, as organizações jamais teriam condições de existir e crescer.

A administração deve sustentar a constituição e a continuidade das organizações públicas (administração direta e indireta). O presente estudo procurou apresentar como as ferramentas tecnológicas intrínsecas ao gerencialismo tornaram o trabalho no Instituto Federal Baiano mais desburocratizado, eficiente e efetivo, favorecendo aquilo que mais importa para a administração pública, que é a necessidade coletiva.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Conceito corrente de Administração Pública

Administração pública é um conceito da área do direito que descreve o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer a gestão de certas áreas de uma sociedade, como Educação, Saúde, Cultura etc.. Segundo Caetano (1997), é conveniente ressaltar que a expressão “administração pública” envolve dois sentidos: um, normalmente chamado de subjetivo, orgânico ou formal, segundo o qual essa expressão compreenderia as pessoas jurídicas, seus órgãos e agentes que executam a atividade administrativa; outro, conhecido como objetivo, material, operacional ou funcional, compreendendo a atividade empreendida por esses últimos.

Para saber em qual dos sentidos a expressão Administração Pública está sendo utilizada, é necessário avaliar o contexto daquilo que se lê e daquilo que se ouve. Há autores que dizem que, quando utilizada no sentido funcional, ‘administração pública’ deve ter as letras iniciais escritas de maneira minúscula, enquanto no sentido subjetivo, devem ser utilizadas letras maiúsculas (Administração Pública).

O objeto da Administração Pública é a função administrativa, que abrange o fomento, a polícia administrativa e o serviço público. Nesse caso, administração é uma atividade concreta do Estado, objetivando a realização das necessidades da coletividade. A história da Administração Pública no Brasil pode ser analisada levando-se em consideração três modelos administrativos: modelo patrimonialista, modelo burocrático e modelo gerencial (vigente). Nessa perspectiva, emergiram-se duas indagações que nortearam este trabalho: a administração pública gerencial aparece no âmbito do Instituto Federal Baiano? De que forma os sistemas de informação promovem a desburocratização no âmbito do Instituto Federal Baiano?.

Neste contexto, o artigo é consequência de uma consistente pesquisa bibliográfica e tem como escopo apresentar conceitos e características do gerencialismo público no Brasil, assim como no âmbito do Instituto Federal Baiano. Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como recurso metodológico, realizada a partir da análise de documentos publicados na literatura, artigos científicos divulgados em sítios eletrônicos e análise do ambiente administrativo da autarquia federal de educação tratada no artigo. O trabalho foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Chiavenatto (2003), Bresser (2006), Shiroma (2006) etc..

Administração Pública Gerencial (Gerencialismo) no Brasil

Os anos 1990 (governo Fernando Henrique Cardoso), foram marcados pela Reforma do Estado e particularmente pela reforma da Administração Pública. Segundo Bresser-Pereira (2006), configura-se o que se considera um marco teórico para uma nova prática na administração pública, a abordagem gerencial que tem o propósito de substituir a perspectiva burocrática que caracterizava o modelo de administração anterior.

Na realização das atividades exclusivas de Estado e principalmente no oferecimento dos serviços sociais de educação e saúde, a administração pública burocrática, que se revelara efetiva em combater a corrupção e o nepotismo no pequeno Estado Liberal, demonstrou ser ineficiente e incapaz de atender com qualidade as demandas dos cidadãos-clientes no grande Estado Social do século vinte, tornando necessária sua substituição por uma administração pública gerencial. “A abordagem gerencial parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos [...], mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas” (BRESSER-PEREIRA, 2006).

O termo gerencialismo, utilizado por estudiosos do campo educacional para se referir à adoção de ‘ferramentas’ da gestão empresarial na educação, tem sua origem no chamado modelo da ‘Nova Gestão Pública’. A partir disso, justifica-se a adoção de um modelo administrativo moderno, que são as práticas gerenciais inspiradas na administração das empresas privadas. Na ótica do gerencialismo, a administração pública deve orientar suas atividades de modo a garantir controle, eficiência e competitividade.

No campo educacional, o gerencialismo, diferentemente dos modelos de administração que lhe antecederam, é um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, imprimir outra lógica ao funcionamento do sistema educacional, mas, sobretudo, operar uma transformação na subjetividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objetivos de controle que afetam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente (SHIROMA et al., 2006). Nesse sentido, afeta sobremaneira o trabalho do gestor escolar, denominado ‘gerente’, ou ‘líder educacional’.

Nessa perspectiva, o gestor deveria assumir funções não só de captação e administração de recursos, mas a responsabilidade pelo gerenciamento de professores, ser gestor das escolhas e responsável pelos acontecimentos previsíveis e imprevisíveis. Em suma, atribui-se ao gestor educacional a responsabilidade de gerir os casos e os acasos, as emoções, os conflitos, as crises e o caos.

Os anseios por uma gestão escolar eficiente se fazem presentes nos documento do MEC a partir de 1995 com vistas na implementação da gestão pública gerencial que se contrapunha a gestão burocrática, afirmando que esta possui uma certa rigidez nas normas e regras, centralizando e concentrando funções no

aparelho do Estado (ZENARDINI, 2006). Por fim, o gerencialismo busca-se defender o direito que cada cidadão possui de que o patrimônio público seja utilizado de forma pública. Para fins de exemplo, as instituições públicas de ensino.

Ferramentas tecnológicas no gerencialismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, com base no propósito de excelência na prestação dos serviços públicos e no compromisso de implantar o gerencialismo, resolveu adotar determinados sistemas de informação ou soluções tecnológicas gerenciais, a saber: SIAPE, SUAP, CENTRAL SIPEC, ZIMBRA E SIGEPE. Qual o significado da expressão 'solução tecnológica'? Qual a importância delas no contexto do gerencialismo público? Entende-se por solução tecnológica o serviço de aplicação de uma tecnologia orientada a satisfazer as necessidades de criação/modificação/melhoria de produto ou processo das organizações.

Com o rápido avanço da TI (Tecnologia da Informação), algumas soluções tecnológicas se tornaram imprescindíveis para o desenvolvimento do setor público. São soluções que contribuem positivamente com a organização, ajudando na redução de custos e na melhoria dos processos operacionais e gerenciais. Desde um simples acesso à internet até a gestão completa do relacionamento com o cidadão (usuário do serviço público), todas as atividades da administração pública estão ligadas de alguma forma com a tecnologia. Para que os processos sejam cada vez mais eficientes, é preciso investir em soluções tecnológicas que ajudem na gestão organizacional e gerem benefícios para a coletividade.

Em nome do princípio constitucional do Interesse Público, alguns motivos para que organizações públicas decidam investir mais em determinadas práticas gerenciais de desburocratização: mais rapidez e agilidade na execução das tarefas; automatização de processos; economia de tempo e dinheiro; mais segurança nas informações empresariais; tecnologia de ponta cada vez mais acessível; redução de custos operacionais; redução de custos com telefonia e outros sistemas de comunicação; redução de custos com pessoal; e alto retorno sobre o investimento.

SIAPE

Em 1989, iniciou-se a implantação de projeto denominado SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) que visava centralizar o processamento da folha de pagamentos através da alimentação descentralizada de informações que resultariam neste cálculo. Com o passar do tempo, todos os órgãos das administrações direta, fundacional e autárquica do poder executivo (e que dependem do tesouro para fazer frente a suas despesas de pessoal) passaram a se integrar ao SIAPE, que neste período passou a contar com diversos mecanismos de validação de dados e de legislação, eliminando uma série de gastos indevidos.

Nos anos 90, foram, ainda, incorporados ao SIAPE, um *datawarehouse*, mantendo dados agregados que permitem a extração de informações e indicadores gerenciais e o acesso através da internet, por meio

do SIAPENet. Este último fornece transparência à gestão permitindo que o próprio servidor acesse seus dados, faça solicitações, conheça a legislação e as normas de RH, etc..

SUAP

O SUAP, sigla de Sistema Unificado de Administração Pública, é um sistema desenvolvido pela equipe de desenvolvimento de sistemas da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e está presente no Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). O SUAP tem por objetivo a informatização dos processos administrativos do Instituto, facilitando assim a gestão da instituição. O usuário do SUAP é qualquer servidor ativo do IFBAIANO que o utilize especificamente para realização de alguma atividade administrativa.

Módulos existentes no SUAP IFBAIANO: Ponto eletrônico com biometria: Permitir a todos os servidores e estagiários registrarem seus pontos eletrônicos usando biometria, em qualquer *campus* do IFBAIANO; Protocolo: Módulo responsável pelo acompanhamento dos processos protocolados nos *campus* IFBAIANO. Acompanha todos os trâmites dos processos desde o seu nascimento até o seu arquivamento; Almojarifado: Módulo responsável pelo controle de estoque dos almojarifados dos *campus* do IFBAIANO; Patrimônio: Módulo para gerenciamento do patrimônio do IFBAIANO em que são registradas as operações de carga, descarga e transferências patrimoniais; Recursos Humanos: Módulo utilizado para, principalmente, extrair os dados funcionais dos servidores da instituição. Além disso, permite fornecer relatórios para os setores de Gestão de Pessoas.

Além desses, tem-se: Frota: Módulo responsável pelo acompanhamento das manutenções e abastecimentos dos veículos dos *campus* do IFBAIANO. Adicionalmente, esse módulo faz todo o acompanhamento das viagens realizadas em veículos oficiais com o histórico das viagens; Contratos: Módulo para acompanhamento dos diversos contratos do IFBAIANO com seus fornecedores de produtos e serviços. Isso inclui informações detalhadas do contrato e datas de vencimento para renovação; Planejamento: Módulo criado para dar suporte ao planejamento anual e descentralizado que é realizado entre os *campus* e as Pró-Reitorias e Diretorias sistêmicas.

Esse módulo acompanha desde a fase de disponibilização das metas anuais até as ações propostas e aprovadas pelas diversas instâncias que fazem parte deste processo. Por fim, tem-se Orçamento: Módulo que visa ao acompanhamento das descentralizações orçamentárias da Reitoria para os diversos *campus* do IFBAIANO. Além disso, ele também acompanha os gastos realizados com os recursos orçamentários.

Central SIPEC

A Central SIPEC está estruturada com ferramentas e serviços que asseguram o pronto atendimento às unidades de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional integrantes do SIPEC. O canal visa esclarecer dúvidas com relação aos sistemas eletrônicos de gerenciamento de gestão de pessoas (SIGEPE/SIAPENET) para servidores, aposentados, pensionistas.

Plataforma ZIMBRA

O Zimbra é considerado um sistema de e-mail (solução tecnológica) projetada para a nuvem e que pode ser utilizada tanto em ambientes públicos quanto em ambientes privados. Entre as características desejadas estão a qualidade, segurança, resiliência e padronização de interfaces. Uma das características do Zimbra é aumentar a produtividade do usuário, simplificando a interação entre as pessoas, os aplicativos e os dados. Não é apenas um servidor de e-mail e calendário, pois ele ainda fornece compartilhamento de arquivos, tarefas, contatos, mídias sociais, mecanismo de busca sofisticado, gerenciamento de documentos, etc. Enfim, reduz custos de administração.

Funcionalidades do Zimbra no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

Conversas e marcação; caixa de entrada rápida baseada em pesquisa; gerenciamento mais eficiente de caixas de entrada e cotas maiores; multiplataforma; acesso *off-line* com o Zimbra *desktop*; sincronização entre dispositivos móveis e o *desktop*; calendário avançado on-line; gerenciamento de várias agendas; pesquisa sobre a disponibilidade de usuários, recursos e salas; fácil compartilhamento e total delegação da agenda; gerenciamento integrado de arquivos e armazenamento, independentemente do local; compartilha facilmente arquivos e gerenciamento conjunto; compartilha e delega o acesso a caixas de entrada, contatos, agendas e pastas; antispam/antivírus.

SIGEPE

O SIGEPE é o sistema de gestão de pessoas do Governo Federal, lançado com o objetivo de oferecer maior segurança aos servidores que desejam acessar os seus dados pessoais e financeiros pela internet. No sistema é possível saber de maneira antecipada qual será o valor dos seus vencimentos do mês seguinte. O SIGEPE mobile é oferecido de modo gratuito, bastando fazer o seu download, sendo que ele funciona nos sistemas operacionais iOS e Android. Além disso, como a prévia do contracheque permanece disponível apenas por um período durante o mês, ou seja, alguns dias, a vantagem de usar o aplicativo do SIGEPE é ser avisado quando estará disponível a prévia do contracheque para visualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da segunda metade do século XX, o mundo experimentou radicais mudanças que conclamaram por mudanças também na forma de gestão, dando origem à gestão pública gerencial. A atual reforma está apoiada na proposta de administração pública gerencial, como uma resposta à grande crise econômica dos anos 80 e à globalização da economia, dois fenômenos que impuseram e impõem, em todo o mundo, a redefinição das funções do Estado e da sua burocracia.

A crise econômica do Estado (supracitada) exigiu a necessidade de reestruturá-lo, reconstruí-lo; a globalização tornou imperativa a tarefa de redefinir suas funções. Antes da agregação mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, os Estados podiam ter como um de seus objetivos fundamentais proteger as

respectivas economias da competição internacional. Depois da globalização, as possibilidades do Estado de continuar a exercer esse papel diminuíram drasticamente. Seu novo papel é o de facilitador de uma economia nacional a fim de se tornar internacionalmente competitiva.

Pode-se destacar que cada modelo de gestão teve a sua parcela considerável de contribuição para o atual modelo de gestão brasileiro. As experiências reformistas representam, em seu sentido mais amplo, uma transformação estrutural nos modelos tradicionais de governança. O PDRAE (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado) também teve importante papel nesse novo advento. Faz-se relevante lembrar que nenhum modelo foi totalmente suprimido e sim aperfeiçoado, como é o caso da Nova Gestão Pública que é orientada para resultados, porém na vertente da transparência, da eficiência e na adoção dos indicadores de desempenho.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.. **Trajatória recente da gestão pública brasileira**: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Rio de Janeiro: 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P.. **A reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CAETANO, M.. **Princípios fundamentais do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

CHIAVENATTO, I.. **Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.. La Resignificación de la Democracia Escolar Mediante el Discurso Gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. In: FELDFEBER, M.; D OLIVEIRA, D. A.. **Políticas Educativas y Trabajo Docente**: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?. Buenos Aires: Novedades Educativas, 2006. p.221-237.

ZENARDINI, I. M. S. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Cognitionis Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.